



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SEÇÃO DE APOIO DA SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - SLC-APOIO
 Pça Des. Edgard Nogueira s/n - Bairro Cabral - Centro Cívico - CEP 64000-830
 Teresina - PI - www.tjpi.jus.br

Ordem de Fornecimento (Contrato) Nº 193/2024 - PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/SECGER/SLC/SLC-APOIO
ORDEM DE FORNECIMENTO (CONTRATO) Nº 193/2024 - PJPI

OBJETO	Fornecimento de COQUETEL para Solenidade de Outorga "Colar do Mérito Judiciário", a realizar-se no dia 09 de agosto de 2024, às 9h, no plenário do Palácio da Justiça.
SEI	24.0.000091567-6
DEMANDANTE	Cerimonial - CER
LOCAL DE ENTREGA:	Plenário do Palácio da Justiça - 2º Andar Endereço: Avenida Padre Humberto Pietrogrande, 3509, Bairro: São Raimundo.
HORÁRIO DE ENTREGA	<u>A combinar com o responsável pelo recebimento</u>
RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO:	Polyana Lima Franco - Matrícula: 30014
DOC./DATA/DEMANDA	Formulário de Liberação Interna Nº 213/2024 - CER (5762461) Data: 09 de agosto de 2024
CONTRATANTE	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
CNPJ (CONTRATANTE)	06.981.344/0001-05
CONTRATADA	L PINHEIRO MENDES DE SOUSA
CNPJ (CONTRATADA)	07.686.538/0001-40
ENDEREÇO	Rua São Pedro nº 3000, Bairro Ilhotas, CEP 64001-260, em Teresina – PI.
CONTATO/E-MAIL	(86) 9909-0079, diferenciaventos.pi@gmail.com
DADOS BANCÁRIOS	Banco: 001 - Banco do Brasil, Agência: 4249-8, Conta: 20.874-4.
DATA/AUTORIZAÇÃO	Autorização Nº 1582/2024 - PJPI (5797170)
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	Legislação Federal/Nacional: Lei 14.133/2021 e Lei nº 8.078/1990 e outras normas aplicáveis ao objeto deste certame. O presente Contrato vincula-se aos termos: Edital de Licitação nº 60/2023/TJ/PI e seus anexos, constante do Processo Administrativo SEI nº 23.0.000094317-7; Da Proposta de Preço da CONTRATADA; Ao Termo de Referência 146/2023 (Doc. SEI 4749488); Ata de Registro de Preços Nº 86/2023/TJ-PI (5770021)); Termo de Liberação Administrativa Interna Nº 355/2024 - PJPI (5797202)
DOCS./INTEGRANTES	a) Edital da Licitação e Anexos; b) Proposta de Preços da CONTRATADA (4826088); c) Ata de Registro de Preços Nº 86/2023/TJ-PI (5770021);
ENTREGA DO OBJETO	Conforme <u>Cláusula 11 do Termo de Referência Nº 146/2023</u> (4749488): 11. DA METODOLOGIA DE SOLICITAÇÃO/EXECUÇÃO DOS FORNECIMENTOS/ LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA/RECEBIMENTO 11.1. Caberá ao setor interessado, por meio de seu Responsável Designado, em atenção ao art. 4º §6º da Resolução nº 65/2017 - TJPI solicitar a autorização para aquisição/fornecimentos da alimentação necessários para atender a sua demanda, <u>exclusivamente</u> através de formulário próprio (modelo Anexo IV deste TR) com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis da data do evento , devendo o pedido ser adentrado via SEI endereçado à Secretária Geral deste TJ/PI ou

OBJETO	Fornecimento de COQUETEL para Solenidade de Outorga "Colar do Mérito Judiciário", a realizar-se no dia 09 de agosto de 2024, às 9h, no plenário do Palácio da Justiça.
	<p>a quem por ela for designado, especificando as datas de início e encerramento do evento, o quantitativo de pessoas a serem servidas e o responsável pelo recebimento.</p> <p>11.1.1. A autoridade máxima da Unidade Demandante deverá designar o servidor pertencente a seu quadro, o qual será o responsável pela solicitação, recebimento, atesto, fiscalização, eventual cancelamento do objeto e outras providências necessárias, conforme regulamentado na Resolução nº 65/2017 - TJPI.</p> <p>11.1.2. No formulário próprio, o setor requisitante deverá atentar para a quantidade prevista no Anexo I – TR.</p> <p>11.2. Autorizada a aquisição/fornecimento da alimentação pela Autoridade Superior, a requisição será encaminhada à SLC/TJ/PI para formalizar a liberação administrativa interna e posterior contratação. Após publicada e empenhada, seguirá à Unidade demandante dirigida ao servidor responsável para controle dos contratos/fornecimentos.</p> <p>11.2.1. A Unidade demandante, por meio do servidor designado será responsável pelo controle dos contratos na forma do art. 4, §9º da Resolução nº 65/2017 - TJPI.</p> <p>11.3. Caberá à Unidade Demandante confirmar ao contratado os alimentos, já previamente requisitados/contratados, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, da realização da sessão/evento, especificando a data, o horário e a estimativa de participantes, nome do responsável pelo recebimento, telefone, email, bem como outras informações pertinentes.</p> <p>11.3.1. Nos casos de cancelamento ou suspensão do pedido de alimentação, o responsável pela solicitação deverá informar o fato, por telefone e, em seguida, registrar a informação por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI dando ciência ao fornecedor, evitando desperdícios de recursos, sob pena de responsabilização.</p> <p>11.4. O Responsável designado de cada Unidade demandante poderá cancelar a requisição total ou parcialmente com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário previsto para a entrega das refeições/alimentação, em horário normal de expediente, sem que o TJ/PI seja obrigado a efetuar o pagamento do quantitativo solicitado.</p> <p>11.4.1. O cancelamento será feito junto ao CONTRATADO e a unidade responsável pelo controle do contrato, através de comunicação formal, devendo ser apurada a responsabilidade do servidor pelos custos com a entrega indevida em caso de ausência de comunicação tempestiva do cancelamento, a fim de evitar prejuízo à administração.</p> <p>11.5. O fornecedor deverá programar-se para providenciar a entrega das refeições em quantidades suficientes ao consumo, observando as normas contidas neste instrumento, no contrato, no formulário de requisição, nos Termos de Liberações e/ou Ordem de Fornecimento, conforme o caso.</p> <p>11.6. As refeições serão entregues e/ou servidas às Unidades requisitantes nos horários/locais estipulados pelo servidor designado responsável pela liberação e controle dos contratos, observando uma antecedência de 30 (trinta) minutos do horário das refeições, a fim de preparar o local e a maneira de servi-las.</p>

OBJETO	Fornecimento de COQUETEL para Solenidade de Outorga "Colar do Mérito Judiciário", a realizar-se no dia 09 de agosto de 2024, às 9h, no plenário do Palácio da Justiça.	
	<p>11.7. Caberá ao servidor designado, quando do fornecimento do objeto contratado, conferir a quantidade e a qualidade do objeto recebido, assinando o respectivo recibo de entrega e, para fins de pagamento, emitir o atestado de recebimento.</p> <p>11.8. O recibo ou atesto de entrega emitido pela Contratada, devidamente assinado, deverá acompanhar a nota fiscal/fatura a ser atestada.</p> <p>11.9. As datas pré-determinadas para a realização das sessões poderão sofrer alterações, assim, o servidor designado da Unidade demandante, deverá comunicar, imediatamente, o fato ao fornecedor e a Secretaria Geral do TJ/PI, com observância do item 11.3 e seu subitem no que couber.</p> <p>11.10. Se houver a necessidade de alteração do quantitativo requisitado (aumento ou redução), em decorrência de prolongamento/redução das sessões/eventos previamente agendadas ou outro motivo plenamente justificável, o servidor designado (representante) da Unidade demandante deverá comunicar o fato ao fornecedor e a Secretaria Geral do TJ/PI em tempo hábil, para que sejam adotadas as providências necessárias, a fim de evitar prejuízos tanto para o CONTRATANTE como para o CONTRATADO.</p> <p>11.11. No atestado de recebimento dos alimentos deverá ser informado o número da nota fiscal/fatura, bem como a identificação do servidor responsável pelo recebimento com as informações constantes na requisição (modelo Anexo V deste TR).</p> <p>11.12. Todo e qualquer ônus decorrente da entrega do objeto licitado, inclusive frete e eventuais seguros, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA.</p>	
RECURSO ORÇAMENTÁRIO, CONFORME DESPACHO Nº 93459/2024 - CEORC (5797090)	Unidade Orçamentária: Fonte:	04101 - Tribunal de Justiça 760 - Recursos de Emolumentos, Taxas e Custas
	Ação Orçamentária: Classificação Funcional Progr.: Natureza da Despesa: Plano Orçamentário: Valor reservado:	6100 - Custeio Administrativo do Poder Judiciário Estadual 02.061.0115.6100 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 000163 - 2º Grau de Jurisdição R\$ 1.065,00 (2024NR01887)
CONDIÇÕES/PAGAMENTO	<p>Conforme Cláusula 16 do Termo de Referência Nº 146/2023 (4749488):</p> <p>16. DO PAGAMENTO</p> <p>16.1. O pagamento obedecerá, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, conforme determinado pela IN TCE/PI nº 02/2017 e arts.141 a 146, da Lei 14.133/2021;</p> <p>16.2. O pagamento será efetuado pela Administração, mediante requerimento de pagamento realizado de forma eletrônica, nos termos da Portaria/TJPI Nº 365/2021, em moeda corrente nacional, por Ordem Bancária, (e após a instrução realizada) pelo Fiscal de Contrato ou pela Comissão de Fiscalização, acompanhado dos seguintes documentos:</p> <p>a) Requerimento de Pagamento;</p> <p>b) Atesto da Despesa ou Recibo, devidamente preenchido e assinado;</p>	

OBJETO	Fornecimento de COQUETEL para Solenidade de Outorga "Colar do Mérito Judiciário", a realizar-se no dia 09 de agosto de 2024, às 9h, no plenário do Palácio da Justiça.
	<p>c) Apresentação da Nota Fiscal com dados bancários, fatura ou documento equivalente, atestado pelo setor competente;</p> <p>d) Cópia do Contrato Administrativo ou da Ordem de Fornecimento; e</p> <p>e) Cópia da Nota de Empenho;</p> <p>f) Prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;</p> <p>g) Prova de regularidade do FGTS;</p> <p>h) Prova de regularidade com a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede e dívida ativa;</p> <p>i) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; e</p> <p>j) Consulta ao Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS.</p> <p>16.2.1. As certidões extraídas do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF substituirão os documentos relacionados nas letras f, g, h, i, que se dará por consulta <i>ON LINE</i>, nos termos da Instrução Normativa nº 03/2018 - SEGES/MPDG.</p> <p>16.3. Para fins de cumprimento do disposto no item 9.2, em consonância com a Portaria/TJPI Nº 365/2021, a contratada deverá utilizar-se da ferramenta de Peticionamento Eletrônico via sistema SEI para a solicitação de pagamento e juntada da documentação necessária, conforme manual disponível no link https://www.tjpi.jus.br/portaltjpi/wp-content/uploads/2021/04/Manual_Peticionamento_tjpi.pdf;</p> <p>16.4. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pelo CONTRATADO, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outros CNPJ, mesmo aquelas de filiais ou da matriz. As Notas Fiscais deverão conter discriminação idêntica à contida na respectiva Nota de Empenho;</p> <p>16.5. O prazo para a liquidação da despesa será de até 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente.</p> <p>16.5.1. O prazo supra poderá ser excepcionalmente prorrogado, por igual período, desde que justificadamente houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais;</p> <p>16.5.2. Para os fins de liquidação, deverá ser observado o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, certificando-se do adimplemento da obrigação do contratado nos prazos e forma previstos neste Termo de Referência.</p> <p>16.6. O pagamento será efetuado em até 04 (quatro) dias úteis, a contar da liquidação da despesa.</p> <p>16.6.1. O pagamento será realizado mediante crédito bancário, de titularidade da CONTRATADA e vinculado ao CNPJ próprio da empresa;</p> <p>16.6.1.1. O banco ao qual pertence à conta da empresa deve ser cadastrado no sistema do Banco Central do Brasil, para que seja possível a compensação bancária, na qual serão creditados os pagamentos a que faz jus a empresa contratada;</p> <p>16.6.1.2. A CONTRATADA poderá alterar os dados bancários de pagamento, prescindindo de apostilamento contratual, incumbindo-se a CONTRATADA de informar, por escrito, à Superintendência de Gestão de Contratos - SGC e à Superintendência de Orçamentos e Finanças - SOF, para fins</p>

OBJETO	Fornecimento de COQUETEL para Solenidade de Outorga "Colar do Mérito Judiciário", a realizar-se no dia 09 de agosto de 2024, às 9h, no plenário do Palácio da Justiça.
	<p>de modificação nos sistemas internos do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí.</p> <p>16.6.2. Não haverá, em hipótese alguma, pagamento antecipado;</p> <p>16.6.3. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a pretensa contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, incidirão correção monetária e juros moratórios;</p> <p>16.6.4. Fica convencionado que a correção monetária e os encargos moratórios serão calculados entre a data do adimplemento da parcela e a do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, com a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$ Onde: EM = Encargos moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga. I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $I = TX/365 \quad I = 0,06/365 \quad I = 0,00016438$ TX = Percentual da taxa anual = 6%.</p> <p>16.6.4.1. A correção monetária será calculada com a utilização do índice IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;</p> <p>16.6.4.2. No caso de atraso na divulgação do IPCA, será pago à pretensa contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo;</p> <p>16.6.4.3. Caso o IPCA estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;</p> <p>16.6.4.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial;</p> <p>16.7. Previamente ao pagamento, o Tribunal deve verificar a manutenção das condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.</p> <p>16.7.1. A eventual perda das condições de que trata o item 9.7 não enseja, por si, retenção de pagamento pela Administração.</p> <p>16.7.2. Verificadas quaisquer irregularidades que impeçam o pagamento, a Administração deverá notificar o fornecedor contratado para que regularize a sua situação.</p> <p>16.7.2.1. A permanência da condição de irregularidade, sem a devida justificativa ou com justificativa não aceita pela Administração, pode culminar em extinção contratual, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis, observado o contraditório e a ampla defesa.</p> <p>16.7.3. É facultada a retenção dos créditos decorrente do contrato, até o limite dos prejuízos causado à Administração Pública e das multas aplicadas, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021.</p> <p>16.8. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à</p>

OBJETO	Fornecimento de COQUETEL para Solenidade de Outorga "Colar do Mérito Judiciário", a realizar-se no dia 09 de agosto de 2024, às 9h, no plenário do Palácio da Justiça.
	liquidação de despesa, não será computado para os fins de que trata o item 9.5 . 16.9. Na hipótese de caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a sua regularização, devendo ser mantida a posição da ordem cronológica que a despesa originalmente estava inscrita. 16.10. No caso de insuficiência de recursos financeiros disponíveis para quitação integral da obrigação, poderá haver pagamento parcial do crédito, permanecendo o saldo remanescente na mesma posição da ordem cronológica.
PRAZO ASSINATURA/DEVOLUÇÃO	Conforme Cláusula 2ª da <u>Ata de Registro de Preços nº 86/2023 (4877361)</u> : 2.3. Após a disponibilização no Sistema Eletrônico SEI, os eventuais Contratos Administrativos ou Ordem de Fornecimento/Serviço deverão ser assinados pela BENEFCIÁRIA DO REGISTRO, no prazo de 03 (três) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas em Edital e no Termo de Referência.
SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	Conforme <u>Cláusula 20 do Termo de Referência N° 146/2023 (4749488)</u> : 20. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E DAS SANÇÕES 20.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa: 20.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a agente da contratação/a durante o certame; 20.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando: 20.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação; 20.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível; 20.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou 20.1.2.4. Deixar de apresentar amostra; 20.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital; 20.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; 20.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração; 20.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação 20.1.5. Fraudar a licitação 20.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando: 20.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei; 20.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento; 20.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada; 20.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação 20.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013 .

OBJETO	Fornecimento de COQUETEL para Solenidade de Outorga "Colar do Mérito Judiciário", a realizar-se no dia 09 de agosto de 2024, às 9h, no plenário do Palácio da Justiça.
	<p>20.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:</p> <p>20.2.1. Advertência;</p> <p>20.2.2. Multa;</p> <p>20.2.3. Impedimento de licitar e contratar e</p> <p>20.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.</p> <p>20.3. Na aplicação das sanções serão considerados:</p> <p>20.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.</p> <p>20.3.2. As peculiaridades do caso concreto</p> <p>20.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes</p> <p>20.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública</p> <p>20.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.</p> <p>20.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da comunicação oficial.</p> <p>20.4.1. Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.</p> <p>20.4.2. Para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.</p> <p>20.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.</p> <p>20.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.</p> <p>20.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.</p> <p>20.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.</p> <p>20.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3.1a, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em</p>

OBJETO	<p>Fornecimento de COQUETEL para Solenidade de Outorga "Colar do Mérito Judiciário", a realizar-se no dia 09 de agosto de 2024, às 9h, no plenário do Palácio da Justiça.</p>
	<p>favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.</p> <p>20.10. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, indicados pelo CCPADCON, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.</p> <p>20.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.</p> <p>20.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.</p> <p>20.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.</p> <p>20.14. A aplicação das sanções previstas no edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.</p>
OBRIGAÇÕES DAS PARTES	<p>Conforme <u>Cláusulas 14 e 15 do Termo de Referência Nº 146/2023 (4749488)</u>:</p> <p>14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE</p> <p>Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 14.133/2021, o CONTRATANTE deverá:</p> <p>14.1. Acompanhar, atestar e remeter nas notas fiscais/faturas a efetiva entrega do objeto;</p> <p>14.2. Efetuar o pagamento do material, nas condições e preços pactuados, dentro do prazo fixado neste Termo de referência, após a entrega da documentação pelo Fiscal de Contrato ou pela Comissão de fiscalização à SOF.</p> <p>14.2.1. Nenhum pagamento será efetuado enquanto houver pendência de liquidação ou qualquer obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência;</p> <p>14.3. Comunicar à CONTRATADA o mais prontamente possível, qualquer anormalidade observada no fornecimento do objeto requisitado, que possa comprometer a tempestividade, a qualidade e a eficácia do uso a que se destina;</p> <p>14.4. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada;</p> <p>14.5. Fornecer, a qualquer tempo e com a máxima presteza, mediante solicitação escrita da CONTRATADA, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos julgados necessários;</p> <p>14.6. Manter os contatos com a CONTRATADA por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela</p>

OBJETO	Fornecimento de COQUETEL para Solenidade de Outorga "Colar do Mérito Judiciário", a realizar-se no dia 09 de agosto de 2024, às 9h, no plenário do Palácio da Justiça.
	<p>urgência que, posteriormente, devem ser confirmados por escrito no prazo de até 72 (setenta e duas) horas;</p> <p>14.7. O Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, transferência de responsabilidade da CONTRATADA para terceiros, sejam fabricantes, representante ou quaisquer outros;</p> <p>14.8. Permitir acesso dos empregados da contratada às dependências do Palácio da Justiça para entrega do objeto;</p> <p>14.9. Acompanhar os procedimentos a serem realizados pela Comissão de Fiscalização ou pelos Fiscais do instrumento contratual.</p> <p>14.10. Exigir o afastamento de qualquer funcionário ou preposto da CONTRATADA que venha a causar embarço ou que adote procedimentos incompatíveis com o exercício das funções que lhe forem atribuídas;</p> <p>14.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 90 (noventa) dias;</p> <p>14.12. Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução deste Termo de referência, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato, na forma no artigo 123 da Lei 14.133/21;</p> <p>14.12.1. Salvo disposição legal, concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 1 (um) mês para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período;</p> <p>14.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.</p> <p>14.14. Designar servidor do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ - TJPI para atuar como fiscal do contrato, devendo o mesmo acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços, zelando pelo seu fiel cumprimento;</p> <p>14.15. Aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais.</p> <p>15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA deverá:</p> <p>15.1. Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo os riscos inerentes e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:</p> <p>15.1.1. Efetuar a entrega e instalação do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constante no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal e cópia do contrato/ordem de fornecimento.</p> <p>15.1.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;</p> <p>15.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17, a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).</p> <p>15.2. Fornecer o objeto da contratação de acordo o prazo estabelecido no Contrato e/ou na Ordem de Fornecimento, a contar do seu recebimento, juntamente com a Nota de Empenho, conforme o estabelecido no Termo de Referência;</p>

OBJETO	Fornecimento de COQUETEL para Solenidade de Outorga "Colar do Mérito Judiciário", a realizar-se no dia 09 de agosto de 2024, às 9h, no plenário do Palácio da Justiça.
	<p>15.3. Assinar o Contrato Administrativo/Ordem de Fornecimento e retirar a Nota de Empenho no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir da comunicação por parte do Contratante que poderá ser feita via telefonema, correspondência ou correio eletrônico;</p> <p>15.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;</p> <p>15.5. Verificar previamente junto às empresas fornecedoras/fabricantes dos materiais especificados, a disponibilidade e prazos de entrega dos mesmos, não podendo alegar posteriormente problemas de fornecimento e/ou impossibilidade de aquisição, como motivos que justifiquem atrasos no fornecimento;</p> <p>15.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme estabelece o art. 92, XVI da Lei nº 14.133/2021;</p> <p>15.7. Responder satisfatoriamente qualquer questionamento do representante do TJPI, inerentes ao objeto da contratação, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, ressalvados os casos de urgência, nos quais o TJPI poderá solicitar resposta no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;</p> <p>15.8. Responder por quaisquer danos ou prejuízos causados ao patrimônio do CONTRATANTE ou a terceiros, por seus empregados durante a execução do Contrato;</p> <p>15.9. Assumir total responsabilidade por quaisquer acidentes de que seus empregados venham a ser vítimas nas dependências do Contratante;</p> <p>15.10. Manter os contatos com o CONTRATANTE sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência na execução do Contrato que, posteriormente, devem sempre ser confirmados por escrito, dentro de até 72 (setenta e duas) horas, a contar da data de contato;</p> <p>15.11. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários de até 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato;</p> <p>15.12. Arcar com o pagamento de todas as despesas decorrentes do fornecimento e instalação do objeto, incluindo as despesas definidas em leis sociais, trabalhistas, comerciais, tributárias e previdenciárias, impostos e todos os custos, insumos e demais obrigações legais, inclusive todas as despesas que onerem, direta ou indiretamente, o objeto ora contratado, não cabendo, pois, quaisquer reivindicações da CONTRATADA, a título de revisão de preço ou reembolso;</p> <p>15.13. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Tribunal de Justiça do Piauí, devendo ainda atender prontamente as reclamações;</p> <p>15.14. Não transferir a outrem, o objeto do Contrato, sem prévia e expressa anuência do Contratante;</p> <p>15.15. A CONTRATADA fica obrigada a disponibilizar o(s) número(s) do(s) telefone(s) da empresa ou do responsável, para atendimento dos chamados da CONTRATANTE, para solução do problema demandado, em caso de reclamações;</p> <p>15.16. Comunicar ao Contratante, com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas os motivos que eventualmente</p>

OBJETO	Fornecimento de COQUETEL para Solenidade de Outorga "Colar do Mérito Judiciário", a realizar-se no dia 09 de agosto de 2024, às 9h, no plenário do Palácio da Justiça.
	<p>impossibilitem a prestação dos serviços no prazo estipulado, nos casos em que houver impedimento justificado para funcionamento normal de suas atividades, sob a pena de sofrer as sanções da Lei 14.133/2021;</p> <p>15.17. Vincular-se ao que dispõe a lei nº 8.078, de 11/09/90 (Código de Proteção de Defesa do Consumidor);</p> <p>15.18. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;</p> <p>15.19. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, Lei 14.133/21);</p> <p>15.20. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;</p> <p>15.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;</p> <p>15.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei Nº 14.133, de 2021.</p> <p>15.23. Arcar com os custos relativos ao deslocamento do profissional para a prestação dos serviços ora contratados;</p> <p>15.24. É expressamente vedada à CONTRATADA a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do TJ/PI, durante o período de fornecimento;</p> <p>15.25. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;</p> <p>15.25.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;</p> <p>15.25.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.</p>
VIGÊNCIA	<p>Conforme <u>Cláusulas 21 do Termo de Referência Nº 146/2023 (4749488)</u>:</p> <p>21. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO</p> <p>21.1. O Contrato Administrativo objeto deste Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, contados da publicação de seu extrato no Diário da Justiça.</p>
DO FORO	Fica eleito o Foro da Justiça Estadual do Estado da Piauí, na Comarca de Teresina, para dirimir questões oriundas deste instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro por

OBJETO	Fornecimento de COQUETEL para Solenidade de Outorga "Colar do Mérito Judiciário", a realizar-se no dia 09 de agosto de 2024, às 9h, no plenário do Palácio da Justiça.
	mais privilegiado que seja, nos termos da Seção XXVIII – do Foro do Edital de Licitação nº 60/2023 (4752248)

AUTORIZO o fornecimento do objeto abaixo identificado:

ARP Nº 86/2023/TJ-PI						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	UNIDADE	VALOR	QUANTIDADE	GRAU DE JURISDIÇÃO	VALOR TOTAL
3	COQUETÉIS - especificações de acordo com o Anexo I do TR	Por pessoa	R\$ 35,50	30	2º Grau de Jurisdição	R\$ 1.065,00
VALOR TOTAL (2º Grau de Jurisdição):		R\$ 1.065,00 (um mil sessenta e cinco reais)				
EMPRESA BENEFICIÁRIA		L. PINHEIRO MENDES DE SOUSA, inscrita no CNPJ nº 07.686.538/0001-40				
DADOS BANCÁRIOS		Banco: 001 - Banco do Brasil, Agência: 4249-8, Conta: 20.874-4.				

Conheço e concordo com o teor da OF:

Teresina (PI), Data e Hora do Sistema

Desembargador **HILO DE ALMEIDA SOUSA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Piauí

LIDIANA PINHEIRO MENDES DE SOUSA
Representante Legal da L PINHEIRO MENDES DE SOUSA (Contratada)
Em 08 de agosto de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Hilo de Almeida Sousa, Presidente**, em 08/08/2024, às 15:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Lidiana Pinheiro Mendes de Sousa, Usuário Externo**, em 08/08/2024, às 15:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjpi.jus.br/verificar.php> informando o código verificador **5797278** e o código CRC **4CF75531**.